ECONOMIA Publicidade Legal

I MACEIÓ - AI AGOAS TRIBUNA SEXTA-FEIRA 11 DE ABRIL DE 2025

→ continuação Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 da Águas do Sertão S.A. (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) A Companhia também assinou o contrato de reequilíbrio em 17 de janeiro de 2024, tendo como principais premissas a inclusão de investimentos avaliados como sendo emergenciais, não alterando o prazo Projetos e obras de concessão, no valor total de R\$ 71.418, conforme demonstrado abaixo Somente Projetos 30.631 Bacia Leiteira Água Projetos e obras Agreste 11.448 Somente Projetos 3.580 Projetos e obras 11.316 Esaoto Somente Projetos Sertão 132 **8.295** Somente projetos das obras 4.672 Licenciamento Projetos e obras Somente das obras 1.105 Somente Projetos 385 **15.267** Total Geral dos Compromisso Diretoria
Antônio Hercules Neto - Diretor

27. Informações por segmento; A Companhia possui um único segmento operacional, o qual consiste na exploração, na qualidade de concessionária, implantação e operação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários dentro do Sertão Alagoano compreendendo 34 municípios. 28. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transação que não afetou o caixa ou equivalentes de caixa, conforme abaixo:

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no investimento o valor de R\$ 2.420 referente obras realizadas no período, os quais está compondo o saldo do intangível e de fornecedores apresentado no demonstrativo de fluxo de caixa. 29. Eventos subsequentes: Em 3 de abril de 2025, por meio de assembleia geral de debenturistas, os debenturistas da 1ª emissão de debêntures, concederar waiver para não declaração do vencimento antecipado não automático previsto no item (xxii) da Cláusul 6.3.1 da Escritura dessa debênture.

Contador Isaac do Nascimento - Contador - CRC - PR043806/0-1

patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Hesponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstracões financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras

Porque é um PAA

Ativo intangível - Capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão - Notas 2.4.1 e 9

interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Consideramos a capitalização de gastos no ativo intangível de concessão como um dos principais assuntos de auditoria uma vez que essas capitali-

Valor recuperável de imobilizado e intangível - Notas 2.4.1, 2.4.5 (d) 8 e 9

quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados suração do valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. em conexão com os contratos de concessão pública que lhe foram outorgados. Confrontamos as informações utilizadas no teste de impairment com o plano de desses ativos que requer o exercício de julgamentos e estimativas relevantes sobre fluxo de caixa. determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como receitas das prestações Também avaliamos, com apoio dos nossos especialistas internos, a razoabilidade de serviços e taxas de desconto

Porque é um PAA

impairment e portanto sujeito a testes de recuperabilidade de auditoria

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os valores registrados como ativo intangível referem-se principalmente aos Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento gastos incorridos na infraestrutura da concessão, nos termos da dos principais controles internos estabelecidos no processo, a avaliação dos critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registros dos gastos capitalizados em consonância com o contrato de

concessão. Com base em testes amostrais, confrontamos as adições capitalizadas ao zações podem representar custos não qualificáveis de acordo com as norintangível com as respectivas documentações suportes, avaliando também, mas contábeis ou que não representem obras efetivamente realizadas de a natureza e a aplicabilidade dos gastos em obras conforme contrato de concessão. Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

> Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos em nossa auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registra saldos de ativo imobilizado e Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a intangível nos montantes de R\$ 9.724 mil e R\$ 1.297.413 mil, respectivamente, os avaliação dos controles internos relevantes relacionados com o processo de men-

Periodicamente, a administração avalia os indicativos de redução ao valor negócios aprovado pela administração, testamos a exatidão matemática dos cálrecuperável (impairment) e, quando aplicável, realiza o teste de recuperabilidade culos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas nas projeções de

> dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a taxa de crescimento das receitas de prestações de serviços.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em virtude dos prejuízos recorrentes, foram identificados indicativos de Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação da Considerando a relevância dos saldos e os julgamentos e estimativas recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações em notas anteriormente mencionados, consideramos esse como um principal assunto explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos em nossos trabalhos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Aos Administradores e Acionistas Águas do Sertão S.A. - **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Sertão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinida essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamen to Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações fi nanceiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Adminis tração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela de terminou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada pol fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações de distorção relevante, independentemente se causada pol fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras de distorção relevante, independentemente se causada pol fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras de distorção relevante, independentemente se causada pol fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras de distorção relevante, independentemente se causada pol fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras de distorção relevante, independentemente se causada pol fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras de distorção das demonstrações de distorção das demonstrações das demonstrações de distorção de demonstrações de demonstraç trações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a au ditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria reentre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distor ções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria rea lizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles les internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidades das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidades das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condicões futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamento que cumprimos com as exigencias encesa relevantes, incluntos os requisitos aplicaveis de independencia, e comunicantos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderíam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Maringá, 7 de abril de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda CRC 2PR008333/F-8

Adriano Machado

CRC 1PR042584/O-7

